

Secretaria Municipal de Cultural
Conselho Municipal de Política Cultural

5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPINAS

MOÇÕES APROVADAS NA PLENÁRIA FINAL

As moções aprovadas na plenária final foram assinadas por mais de um terço das pessoas delegadas municipais, cumprindo o art. 34 do Regimento Interno da 5ª Conferência Municipal de Cultura de Campinas.

Moções Dirigidas ao Município

As moções a seguir serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Moção de Repúdio

A plenária da 5ª Conferência Municipal de Cultura e a Câmara temática da Pessoa com Deficiência repudiam o abandono dos equipamentos públicos de cultura de Campinas e o descumprimento das normas técnicas de acessibilidade arquitetônica previstas na Lei nº 10.098/2000 do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, assim como as demais indicações da Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Que impedem (ou que ferem) a plena participação com segurança e autonomia de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, pessoas idosas e com outras características como crianças em carrinhos de bebês e afins.

Moção de Apoio e Congratulações

Subscrevemos requerer, na forma regimental, após cumpridas todas as

Secretaria Municipal de Cultural
Conselho Municipal de Política Cultural

formalidades legais, o encaminhamento desta MOÇÃO DE APOIO E APLAUSOS ao Poder Executivo da Administração Municipal de Campinas, versando sobre o seguinte:

Da reorganização e retomada do Conselho Municipal dos Direitos Humanos e da reorganização e retomada do Conselho Municipal do Hip Hop

Justificativa: Considerando a participação social e a gestão compartilhada do Poder Público diante a atuação de Conselhos nas respectivas pastas, requeremos formalizar apoio e saudação de mérito com excelência a reorganização e retomada de importantes conselhos municipais que até então encontravam-se inativos: o Conselho Municipal do Direitos Humanos Lei Nº 11.982, de 20 de Maio de 2004, o Conselho Municipal do Hip Hop Lei Nº 12.031, de 16 de Julho de 2004. Sendo estes importantes instrumentos de elaboração de políticas públicas e de defesa de direitos, a retomada da atuação destes organismos elevam, referendam e ampliam o vigor e a validade de ações, eventos, projetos e programas executados pelo Poder Executivo e pela sociedade civil.

Sem mais ao momento, solicita-se aprovação desta sem destaques.

Moção de Recomendação

A 5ª Conferência Municipal de Cultura de Campinas aprovou Moção, direcionada ao Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, apelando para que mobilize recursos para a construção de equipamento cultura na região sul do município da cidade (APG São Domingos e APG São José) considerado que atualmente inexistente na região equipamento próprio da SMCT.

Moção de Recomendação

Nos termos do regimento interno da 5a. Conferência Municipal de Cultura de Campinas, apresentamos a seguinte MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO a ser encaminhada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campinas para a CRIAÇÃO DE UM COMITÊ ESPECIAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI PAULO GUSTAVO EM CAMPINAS, com representantes da sociedade civil e do poder público, com a intenção de realizar, entre outras, as seguintes ações:

- Avaliar escutas das audiências e sistematizar demandas recebidas no processo de mediação para as inscrições;
- Propor formas de monitoramento aos projetos e pessoas proponentes contempladas, estimulando a articulação de uma rede que possa também mutuamente se apoiar durante a realização desses projetos;
- A partir das avaliações, elaborar propostas consistentes para futuros chamamentos com tempo de que possam ser trabalhadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e demais órgãos e departamentos como o Jurídico;
- Propor recomendações para implantação de medidas de acessibilidade para a cidade e para os projetos com a participação da Câmara Temática da Pessoa com Deficiência e outras representações do setor Cultural de Campinas.
- Elaborar relatórios simplificados das avaliações em diferentes etapas para que sejam divulgados publicamente com o setor, proporcionando transparência no desenvolvimento e fomentando a participação da sociedade civil nas instâncias já criadas por nosso Conselho Municipal de Política Cultural de Campinas;
- Monitorar aplicação de recursos Estaduais na cidade e elaborar propostas para que políticas de fomento do Estado contemplem a região de Campinas.

A Lei Paulo Gustavo trouxe transformações estruturais no modo de transferência de recursos da União aos Estados e Município e efetivamente engajou a sociedade civil num processo construção participativa exemplar. Trouxe novidades como a simplificação da documentação para a inscrição e um modo de prestação de contas simplificado. Pela primeira vez também evidenciou a necessidade de investimento em acessibilidade a todos os projetos inscritos.

As escutas das audiências orientaram a criação dos editais, porém, apesar de toda a dedicação do Comitê de Implementação e Execução da Lei, sabemos que ainda há muitos pontos que não conseguiram ser totalmente atendidos nas chamadas públicas.

Evidencia-se a necessidade de trabalhar toda a escuta e também monitorar a realização dos projetos no sentido de gerar ainda mais aprednizado para uma política de fomento cada vez mais sólida em nossa cidade.

Destaco ainda que durante as inscrições, através das mediações feitas, tivemos mais um processo de escuta que deve ser sistematizado no intuito de prever melhorias em futuros chamamentos públicos. Evidências imediatas já mostram a necessidade oferecer apoio técnico específico para a escrita de projetos, mas todas as evidências devem ser analisadas e a proposição de soluções deve ser construído com a participação da sociedade civil em parceria com representação técnica de servidores da Secretaria.

Tendo em vista a chegada da Lei Aldir Blanc 2 pelos próximos 5 anos, é recomendável adiantar-se nesta construção para que sigamos sendo um exemplo no estado na implementação das Leis Emergenciais. E para que nossas políticas de fomento possam se desenvolver ao nível que nossa cidade e agentes de cultura merecem.

Moção de Recomendação

A 5ª Conferência Municipal de Cultura de Campinas aprovou Moção, direcionada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, indicando imediata ampliação e capacitação de seu quadro funcional por meio da realização de concurso público.

Indica-se também a reestruturação de sua estrutura organizacional atual para que se adeque às demandas do Plano Municipal de Cultura.

Destacamos a importância dessa medida uma vez diante da redução do número de servidores sem reposição dos últimos anos e a importância do serviço público para a implementação das políticas públicas de cultura que hoje tem como um de seus principais gargalos a sobrecarga de trabalho do quadro de servidores da SMCT.

Moção de Indignação

Vimos, através da 5ª Conferência Municipal de Cultura de Campinas, realinhar que a rádio pública municipal é um marco legal. Foi fundada pela Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, que entrou em vigor através da Lei Ordinária Municipal n.º 5.771 em 20 de janeiro de 1987, com Estatuto formalizado através do Decreto n.º 14.330 em 13 de junho de 2003 - e, tem um papel fundamental na democratização do acesso à cultura e suas linguagens artísticas, assim como na identidade, patrimônio e memória entre outras atribuições previstas em lei e decreto. Reivindicamos que a gestão da Rádio Educativa seja transferida de volta para a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, hoje sob a gestão da Secretaria Municipal de Comunicação, com a finalidade de aplicar os objetivos sociais previstos no Capítulo II, Art. 5º do Decreto 14.330/2003 para os quais a radiodifusão foi criada exclusivamente para fins educacionais, culturais, jornalísticos e de pesquisa, com um Conselho Deliberativo previsto no Capítulo IV do decreto

Secretaria Municipal de Cultural
Conselho Municipal de Política Cultural

14.330/2003 entre os artigos 16 e 21, que realmente trabalhe na formalização e fiscalização de uma programação que cumpra os fins sociais acima citados.

Moção de Recomendação

Propomos uma Moção de Recomendação a ser e encaminhada à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Campinas para a locação de fliperamas, maquinários, consoles e plataformas de interação sejam incluídas na Ata de Serviço como demanda de serviços em eventos culturais através de Chamada para Licitação Própria para realização de evento Gamer para desenvolvimento e mudança cultural.

Moção de Repúdio

Esta moção de repúdio a violências sofridas pela população LGBTQIAPN+ e negra na cidade de Campinas.

Na cidade de Campinas temos ainda morte de pessoas negras, LGBTQIAPN+ de forma violenta, como o caso de Quelly da Silva, com 35 anos, foi morta na madrugada em 23 de janeiro de 2019, em um bar na região do Campo Belo, com seu coração retirado e colocado uma pedra local do coração, há 4 anos. Recentemente tivemos a morte brutal de um jovem negro e gay, Gilberto Pereira Schneiker, 31 anos, que foi encontrado morto em Campinas, em 10 de setembro de 2023. Gilberto era historiador de formação e atuava como artista do audiovisual na cidade de Campinas.

Exigimos o enquadramento de crime de ódio, para a morte de Gilberto Pereira Schneiker nas instâncias judiciais que estão em tramitação atualmente. Exigimos que a vida possa seguir e parar de ser interrompida de forma tão brutal nesta cidade, manifestamos nossa dor, o brasil

Secretaria Municipal de Cultural
Conselho Municipal de Política Cultural

assassinou uma pessoa LGBTQIAPN+ a cada 32 horas em 2022 e ainda continua matando.

E que a Secretaria de Turismo e Cultura faça ações de sensibilização, promova segurança e cuidado a população LGBTQIAPN+ em todos os âmbitos do turismo, lazer e cultura de forma ampla e sem discriminação, preconceitos e violências a esses corpos.

Moção de Apoio

Esta moção de apoio à vereadora Paolla Miguel (PT) de Campinas propõe a criação de um Conselho Municipal da Diversidade Sexual e de Gênero e outros mecanismos de participação social para a comunidade LGBTQIAPN+.

Neste momento a cidade de Campinas que conta com um dos primeiros Centros de Referência LGBT do Estado de São Paulo, como importância pela maior parada LGBTQIAPN+ do interior do Estado de São Paulo, ainda não possui um Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero, é de extrema importância.

Vemos que na cidade de Campinas, temos ainda muitas mortes violentas a população, discriminação, falta de apoio a instituições que acolhem pessoas trans e travestis de Campinas, falta de estruturação do centro de referência e sua equipe (como a falta de advogado e um quadro maior de acesso a atenção psicossocial).

A criação do Conselho Municipal de Diversidade Sexual e de Gênero marca um passo à democracia, compromisso com a diversidade cultural e transversalidade entre gênero, sexual e de raça. Envolvendo para além disso a luta contra o racismo, a LGBTQIAPN+fobia, o feminicídio, o racismo religioso, os estigmas contra a população negra, indígenas ciganos, capacitistas.

Secretaria Municipal de Cultural
Conselho Municipal de Política Cultural

A criação deste conselho e a interseccionalidade são fundamentais para políticas culturais e dimensões da fruição, do direito às artes e plena cidadania.

Moção Dirigida ao Estado

A moção a seguir será encaminhada à Conferência Estadual de Cultura.

Moção de Apoio

Esta moção de apoio ao retorno das Oficinas culturais do Estado de São Paulo no interior.

Desta forma esta conferência apoia o retorno e reestruturação da Oficina Cultural Hilda Hilst, criando intercâmbio entre a população, agentes culturais e formação continuada nas artes em suas diversas manifestações.

Esta oficina no ano de 2015 foi fechada, como também outras oficinas culturais no interior do Estado. Também encerram suas atividades outras cinco unidades de oficinas culturais, além da de Campinas: Lélia Abramo (Araraquara), Guiomar Novaes (São João da Boa Vista), Glauco Pinto de Moraes (Bauru), Silvio Russo (Araçatuba) e Luiz Gonzaga (São Paulo), que “serão absorvidas” por outras sedes (15 que sobraram), diz o comunicado. Em 2014, o programa desenvolveu atividades em cerca de 300 municípios paulistas.

O encerramento das atividades foi definido pela Poiesis, com a Secretaria de Cultura do Estado, em virtude da readequação do orçamento estadual, seguindo diretriz de qualificação dos gastos e otimização dos recursos.

Apoiamos assim o retorno das oficinas de caráter ampliado fora da Capital do Estado de São Paulo, para maior público e formação de novos fazedores

Secretaria Municipal de Cultural
Conselho Municipal de Política Cultural

e a formação de público para as artes em suas diversidades de manifestações.

Moção Dirigida ao Governo Federal

A moção a seguir será encaminhada à Conferência Estadual de Cultura.

Moção de Recomendação

A 5ª Conferência Municipal de Cultura de Campinas aprovou Moção, direcionada ao Ministério da Cultura, apelando para que mobilize esforços e articule instâncias de decisão para que seja estabelecido novo marco legal para as contratações de serviços de pequeno e médio porte no âmbito da cultura. A entrada em vigor da Lei Federal 14.133 aumentou consideravelmente a necessidade de trabalho administrativo e de documentação instrutória por parte dos contratados, tornando inviável a contratação de cachês e serviços pelas Secretarias Municipais de Cultura. As consequências imediatas da Lei 14.133 são o deslocamento dos escassos recursos humanos das Secretarias de Municipais de Cultura para atividades administrativas, além de aprofundar mecanismos de exclusão dos fazedores de cultura, que não terão acesso às possibilidades de contratação por órgãos públicos.

Campinas, 08 de outubro de 2023

**Comissão Organizadora da 5ª Conferência Municipal de Cultura de
Campinas**

Representantes do Poder Executivo Municipal

Adriane Marques Fernandes
Gabriel Guedes Rapassi
Letícia Francyne Lourenço de Mello Arriel
Luiz Guilherme Weiss Franco de Campos
Maria Cecília Pires de Campos
Mário César Borges Marques
Ricardo Pereira da Silva
Rodrigo do Nascimento
Rosangela da Glória Novais Reis
Sandra Regina Peres
Veridiana Weinlich
Viviane Sanção Lemes de Jesus

Representantes da Sociedade Civil

Maíra Schiavinato Massei
Rosalina Odete Baptistella Mambre
Samuel de Freitas Lorenzetti